



Morse almoçou com Galvéas, mas sem Delfim, que só encontrou pela manhã

Credor diz que Brasil só se equilibra em 89

Só ao final desta década, por volta de 1989, é que o Brasil conseguirá se equilibrar diante do mercado financeiro internacional, com acesso livre aos capitais disponíveis. A previsão, pouco otimista, é do presidente do Lloyds Bank, um dos maiores credores do Brasil, Jeremy Morse, que considerou descartável a eliminação do **spread** (taxa de risco) nas próximas renegociações da dívida brasileira com os bancos, além de acreditar que a **Prime Rate** deverá subir de 12,5 para 13,5%.

Apesar de manifestar a sua confiança na recuperação do Brasil perante o mercado financeiro mundial, a sua expectativa para a regularização dos fluxos de empréstimos dos países desenvolvidos para os em desenvolvimento — de 4 a 5 anos — consagra a década de 80 como a fase mais negra para o Brasil em termos de estabilidade perante os países credores.

Morse elogiou o esforço do Brasil para se equilibrar economicamente e manifestou as suas impressões positivas sobre o Brasil durante um almoço realizado ontem, no Ministério da Fazenda, com o ministro Ernane Galvéas, o presidente do Banco do Brasil, Osvaldo Colín, e assessores do ministro. O presidente do Lloyds destacou que para o Brasil se recuperar efetivamente deve dar

prosseguimento ao seu programa de ajuste definido pelo Fundo Monetário Internacional, acionar com mais frequência as linhas de empréstimo do Banco Mundial e promover uma maior abertura ao capital estrangeiro, endossando as palavras da primeira-ministra inglesa Margaret Thatcher ao final da reunião de cúpula em Londres.

Morse defendeu para o Brasil “um enfoque mais a longo prazo no tratamento da sua dívida externa”. Ele reconhece que “o objetivo dos devedores não é pagar toda a dívida, pois todo País precisa de dívida externa” — assinalou. No caso do Brasil, Morse sugeriu que abandone as negociações ano a ano e, “como um banco envolvido”, aconselha que o Brasil programe a sua renegociação com pacotes trienais, ou pelo menos, renegocie a cada dois anos.

JUROS

Morse reconhece o quanto são perversas as taxas de juros internacionais, mas salientou que “a questão de juros é com os Governos”. Aos banqueiros — destacou — o importante é o **spread** (taxa de risco) que é a “forma dos bancos viverem”. No seu entender, o Brasil poderá obter **spreads** mais baixos, mas

jamais uma taxa de risco nula.

Apesar de prever mais uma elevação para a **Prime** de um ponto percentual até o final do ano, Morse acredita que “o presidente Ronald Reagan, dos Estados Unidos, já está sensibilizado para a necessidade da redução das taxas de juros e as demais autoridades americanas vêem os prejuízos que as altas taxas estão causando a todos”. Para o presidente do Lloyds, “o ideal para a taxa de juro em termos reais seria cerca de 3%, ao contrário dos atuais 7% (já descontada a inflação mundial). Morse acredita que os EUA tomarão alguma medida na área fiscal que reduza um pouco o impacto das medidas da política monetária daquele país.

MEXICO E BRASIL

Com um taxativo “não é verdade”, Morse negou que o México esteja pleiteando junto aos bancos um prazo de 15 anos com 10 de carência para o pagamento de sua dívida. E muito menos que o Brasil esteja fazendo coro nesta proposta. No entender de Morse, as possíveis condições de pagamento que o México vier a conseguir junto à comunidade bancária certamente influenciarão a negociação brasileira, mas não significa que elas serão repetidas para o Brasil.